



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS  
Criado pela Lei Municipal nº1767, de 11 de Junho de 1999,  
Alterada pela Lei Municipal nº 2984, de 25 de abril de 2014.

35 Plano de Políticas Públicas, já foi esboçado pela diretoria, como auxílio para discussão e inserção de itens pela  
36 Câmara de Planejamento para após, ser tratado seja colocado em votação em assembléia, levando em  
37 consideração o que foi votada pela Comunidade na Semana Municipal. Esclarecendo que todos os integrantes da  
38 Câmara de Planejamento, já pertencem a Comissão de Planejamento. Devendo ser oficiado aos órgãos, a que  
39 pertencem os Conselheiros Faltosos. A cidadã Lucy Freitas ressaltou DECRETO Nº 55.126, DE 07/12/2009, da  
40 SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO / SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
41 PENITENCIÁRIA / PROGRAMA / INSERÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO / EGRESSO  
42 / TRABALHO / EMPREGO / PRÓ-EGRESSO / EX-PRESO, chamado pró egresso., deve ser uma das políticas  
43 publicas do Conselho, como re-socialização. Ainda, solicitou apoio para o Fundo de Solidariedade, através do  
44 fornecimento de uma lata de leite colaborando com outros projetos do Município. A seguir, a Câmara de Relações  
45 Públicas, apresentou seu relato informando sobre o fluxograma, que teve a presença da Marta do CAPS,  
46 incluindo no fluxograma os atendimentos, para emergências, crianças e adolescente, meios de entrada,  
47 atualização de telefones, endereço e horário de atendimento. Principalmente na página 6, 11 e 12 da Cartilha para  
48 que se tenha um elemento atual. Pedimos para Casa de Participação, que officie a SMS, para que informe o fluxo  
49 de atendimento no Consultório na Rua e Casa de Triagem, para que a pessoa que necessite possa fazer uso, através  
50 da inclusão na cartilha, em razão do não atendimento dos telefones. Sobre o Consultório na Rua, o Conselheiro  
51 Daniel, disse estar presente na segunda feira anterior. para atendimento a população em situação de rua, com  
52 vacinação, e foi feita para 40 cidadãos em média, A seguir a Câmara de Legislação deu as seguinte informações:  
53 A Câmara de legislação expõe o despacho no processo de criação do Fundo para o COMAD, que mudará para  
54 gerenciador para o SECID, e o COMAD não gerenciará os valores, caso aprovação pela Câmara de Vereadores.  
55 Alerto aos conselheiros sobre a dificuldade de atender aos departamentos municipais para aprovar a minuta e  
56 mandar à Câmara.

57 Quanto aos relatos da Diretoria Executiva, a Diretoria sofreu capacitação sobre o Cartão Recomeço, fizeram parte  
58 Marta e Daniele Rufino. Enfim, durante as horas de exposição foi unísono sobre o entendimento dos gestores,  
59 que avançaram muito sobre a forma de tratamento, entendendo que apenas o tratamento ambulatorial e o  
60 tratamento em comunidades terapêuticas, não bastam para que o recuperando permaneça em abstinência ou  
61 melhor, não promove substancialmente a melhoria à saúde do cidadão. E estão aprofundando estudos, para  
62 intensificação do programa de reinserção social e a capacitação dos cidadãos em tratamento. Então a diretoria  
63 debatendo sobre o curso chegou a conclusão de que o COMAD deverá fazer proposta de casa de passagem, para  
64 que o cidadão passe a ter um teto e um lugar para que possa ser capacitado. Ainda, o Estado mantém cursos de  
65 capacitação, e há possibilidade de convenio do município com o Estado, onde o Município poderá fornecer a  
66 moradia e o Estado os cursos, como contra partida. O Conselheiro Pastorelo, pede aparte e declara apoiar ação de  
67 reinserção e capacitação e menciona que pode ser usado o próprio cartão recomeço com esse projeto. A  
68 Conselheira representante do CRP, demonstra sua oposição a tratamento em comunidades terapêuticas e o modelo  
69 apresentado que entende de forma inadequada. É convidada pelo COMAD a apresentar o modelo preconizado

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS  
Criado pela Lei Municipal nº1767, de 11 de Junho de 1999,  
Alterada pela Lei Municipal nº 2984, de 25 de abril de 2014.

70 pelo CRP, que Mary diz ser de, vagas de desintoxicação . O Conselheiro Daniel, diz que as comunidades também  
71 estão em busca de solução e alguns mantêm moradia assistida. O Conselheiro João Inocência, relata sobre sua  
72 vivencia com a abstinência, pedindo que o somatório de pessoas, busque por solução para o caso das drogas, sem  
73 derrubar anos de trabalho na busca do atendimento a família e recuperandos. Relata a Presidente, que a  
74 UNISANTOS, tem serviço com o Promotor Ivan, sobre drogas. Lucy Freitas, pede que haja posicionamento do  
75 CRP e COMAD, sobre o projeto Crack é possível vencer” O CRP, oferece uma palestrante para demonstrar o  
76 posicionamento do CRP. Quanto a LOGOMARCA, foi solicitado por ofício, à Secretaria de Comunicação, um  
77 esboço da logomarca para ser usado pelo COMAD.A diretoria fez questionamento com o Chefe de departamento  
78 Pastorelo e pede que informe a situação. O coordenador Pastorelo, diz que o Caps II Infanto Juvenil, noticia  
79 dificuldade encontrada para instalação, devido a exigência de enfermeiro, com especialização em psiquiatria, ou  
80 saúde mental, noticia que não há cobrança de multa, em razão de suspensão. Sobre o Caps AD III, Zona  
81 Noroeste, a lei que possibilita fazer a parceria já está aprovada, vai passar pelo jurídico, com a Fundação Braços  
82 Abertos, que teve como patrono Dr. Adib Jatene e Dr. David Capistrano. Sobre as casas que foram desocupadas na  
83 Praça Washington, informa que foram para a Rua Godofredo Fraga, com 10 residentes por casa. Anote-se que em  
84 Santos, precisamos de 60 vagas, para pessoas que não tem familiares. Diz ainda que o SENAT deve ir para a Praça  
85 Washington, e em complementação fala sobre a interligação sobre todos os projetos. A Diretoria faz pedido para a  
86 Câmara de Planejamento, que faça pré-projeto de campanha do uso abusivo de álcool por idosos para  
87 apresentação em conjunto ao Conselho do Idoso. A seguir a Presidente para **item 5**, da pauta, por inscritos: 1-O  
88 Conselheiro João Inocência, ressalta a importância da assistência social através de comunidades terapêuticas.  
89 Fala sobre co dependência, fortalecimento moral das pessoas., abstinência, redução de danos, vulnerabilidade. 2-O  
90 Conselheiro Daniel, declara sobre sua vivencia de que a recuperação, depende do indivíduo. 3-A Conselheira  
91 Mary Ueta, fala sobre o financiamento massivo às comunidades terapêuticas, e sobre isso que o CRP é contra e  
92 não demonizar e cada trabalho é único. Foram justificadas as faltas e feitos convites.Como ninguém pretendeu  
93 fazer uso da palavra, o senhor presidente agradecendo os trabalhos, encerrou a Assembléia,  
94 determinando a expedição de ofícios. Declaro a lavra da ata de assembléia por mim secretariada, que  
95 assino, \_\_\_\_\_, presidida pela Presidente, que também apõe sua assinatura,  
96 \_\_\_\_\_.  
97